



**Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.**

**Relatório e Contas 2015**

**aquafundalia** 



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	15
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	20
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	40



*[Handwritten signature in blue ink]*

Senhores Acionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO



## ATIVIDADE DA EMPRESA



A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de fevereiro de 2011, com o Município do Fundão, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão,

incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

### Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquafundalia irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 8,4 milhões de Euros.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na atividade corrente da Aquafundalia, o mesmo apresentava no final do ano de 2015 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:

### Projetos a decorrer integrados no Plano de Investimentos Obrigatório

Relativamente ao Plano de Investimentos Obrigatório da Concessão, durante o ano 2015 foi terminado o seguinte projeto:

- Ampliação da Rede de Saneamento em Silvares - Cimo do Lugar



### **Reabilitação do parque de contadores**

No decorrer de 2015 foram substituídos 652 contadores. Esta renovação deve-se principalmente a avarias nos acessórios do contador, ou ao seu estado de conservação.

Relativamente aos locais de consumo municipal, foram instalados 17 contadores.



### **Sectorização da rede de abastecimento de água**

Com o fim de sectorizar a rede de abastecimento de água no concelho do Fundão, em 2015 a Aquafundalia instalou 11 contadores à saída de reservatórios e na rede de abastecimento.

### **Plano de minimização de perdas de água**

Com o fim de minimizar as perdas de água, a Aquafundalia instalou em 2015 válvulas redutoras de pressão na Aldeia de Joanes (1), na Soalheira (1), e nos Enxames (1), tendo também realizado campanhas de deteção de fugas em praticamente todo o concelho.

### **Telegestão**

Durante o ano de 2015, a Aquafundalia continuou o processo de implementação do sistema de telegestão, estando neste momento instalados 24 emissores de dados: Valverde (4), Donas (2), Capinha (1), Souto da Casa (1), Fundão (7), Silvares (1), Orca (1), Martianas (1), Soalheira (3), Aldeia Nova do Cabo (1), Aldeia de Joanes (1) e Enxabarda (1).

## **OUTROS INVESTIMENTOS E MELHORIAS**

### **Melhorias no sistema de abastecimento de água**

Durante o ano 2015 a Aquafundalia realizou as seguintes melhorias no sistema de abastecimento de água:

- Reparação do sistema de correção de pH na Zona de Abastecimento de Enxames
- Instalação de um sistema de correção de pH na Zona de Abastecimento de Salgueiro

### **Limpeza e desinfeção dos reservatórios**

A Aquafundalia tem sob sua gestão 45 reservatórios, das mais diversas tipologias e geometrias. A sociedade durante o ano de 2015 lavou e desinfetou um total de 61 % dos reservatórios existentes, concluindo assim o plano bianual (2014 – 2015) de limpeza e desinfeção de reservatórios.

### **Limpeza e desinfeção de instalações de correção de agressividade**

De forma a cumprir os valores paramétricos definidos pelo Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de agosto, a Aquafundalia tem sob sua gestão diversas estações de correção de agressividade e respetivo ajuste de



pH, nomeadamente em: Alcongosta, Alpedrinha, Barroca, Castelo Novo, Maxial da Ladeira, São Martinho e Açor. Destas foram limpas e desinfetadas durante o ano de 2015 17% das estações de correção de agressividade existentes.

#### **Implementação de um sistema de higiene, segurança e saúde no trabalho**

Com o objetivo de melhorar significativamente as condições de trabalho e conseqüentemente a redução de acidentes de trabalho, durante o ano de 2015 continuaram a ser melhoradas as condições de

segurança nas diversas instalações dos sistemas de abastecimento e saneamento.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.



A Aquafundalia desenvolveu, no decorrer do ano 2015, o processo para obtenção da certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001, tendo obtido a Certificação em novembro 2015.

#### **Aspetos Técnicos**

##### *Qualidade da Água Distribuída*

A qualidade da água distribuída pela Aquafundalia, aos utilizadores do concelho de Fundão, é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para 2015. Este programa foi aprovado em 18 de dezembro de 2014 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em, nomeadamente o Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto.

No ano de 2015, o cumprimento dos valores paramétricos foi de 99,84%. Do total de 3.148 análises apenas houve 5 incumprimentos, no valor paramétrico do pH, sendo devido às características naturais da água bruta. Durante o ano de 2016, a Aquafundalia irá instalar sistemas de ajuste de pH nas restantes Zonas de Abastecimento, onde este parâmetro é inferior ao legislado, e instalar um sistema de remoção de ferro na Zona de Abastecimento de Cabeço do Pião, onde a concentração deste parâmetro é muito elevada.





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

#### *Volumes de água comprada e captada*

O volume de água comprada (1.551.692 m<sup>3</sup>) aumentou cerca de 3,4 % em relação a igual período do ano de 2014 principalmente pelo aumento do volume faturado. Em relação à água captada, o valor foi de 368.526 m<sup>3</sup>.

#### *Volume faturado por tipo de utilizador*

Em relação ao volume faturado, o maior volume de faturação provém dos utilizadores domésticos (71,21%), seguido dos utilizadores de comércio (12,34%).

#### *Intervenções na rede de água potável*

No ano de 2015 o número de intervenções realizadas na rede de abastecimento foi de 523 intervenções.

#### *Intervenções na rede de saneamento de águas residuais*

O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais em 2015 foi de 285 intervenções.

#### **Plano de Investimentos Executado**

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2015, foi de 329.621,60 Euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2015 o montante acumulado de 2.612.896,93 Euros, significando uma percentagem de realização de 50,91%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquafundalia no final de dezembro de 2015, foi o que se apresenta no quadro seguinte:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'João', 'H', and 'mu'.

	2015	
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Vale de Prazeres	43 062,49
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Monte Leal	24 602,71
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Quintas da Torre	21.197,21
	Benfeitorias das instalações elétricas das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho do Fundão	45.525,23
	Ampliação da rede de saneamento na freguesia das Donas	112 538,87
	Remodelação do coletor de Ribeira de Silvares	60.399,24
<b>Investimentos obrigatórios</b>	Construção rede de abastecimento Quinta da Areeira	19 049,34
	Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	118.356,46
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Ruas dos Tintureiros e Mestre dos Panos	220 362,68
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Estrada Principal do Salgueiro	297.912,43
	Alteração Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	39.210,66
	Reabilitação e Melhoria das Instalações para Abastecimento de Água para Consumo Público	
	<b>Subtotal</b>	<b>1.002.217,32</b>
	Requalificação do Largo Alfredo da Cunha e Largo da Igreja Matriz	7.696,50
	Projeto de Requalificação da Rua da Cale	15 326,98
	Execução de Infraestruturas na Zona Histórica do Fundão	90 379,78
	Requalificação da Variante das Tílias	37.148,76
<b>Investimentos Município Fundão</b>	Requalificação da Rua da Cale (2ª Fase Praça Velha)	71.913,84
	Requalificação da Rua Jornal do Fundão e Rua 25 de Abril	23 104,50
	Remodelação das Infraestrutura de Água, Saneamento e Pluviais na Av. Da Liberdade	126 828,06
	Rua João Franco / Jardim Tílias / 5º Outubro	77.741,53
	Rua da Misericórdia e Germano da Cunha	139 965,83
	Rua da Misericórdia e Agostinho Fevereiro	29 577,03
	Projeto de Requalificação da Rua Dr. João Pinto, Rua José Germano da Cunha, Largo do Eiró, Rua da Quintã, Largo de Santo António e Rua de Santo António	130.317,19
	<b>Subtotal</b>	<b>750.000,01</b>
	Telegestão e telemetria	69 257,78
	Sectorização da rede de abastecimento de água	94 875,79
	Plano de minimização de perdas de água	43 165,00
	Inspeção e reparação de coletores	101 397,18
	Reabilitação do parque contadores	167.961,33
<b>Outros investimentos</b>	Gestão de clientes e marketing	208 723,52
	Aplicação de <i>software</i> de gestão para abastecimento e saneamento	133.000,00
	Formação e motivação de colaboradores	17.299,00
	Implementação de um sistema integrado de qualidade e ambiente	15 000,00
	Implementação de um sistema da higiene, segurança e saúde no trabalho	10 000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>860.679,60</b>
	<b>Total</b>	<b>2.612.896,93</b>



## OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundalia assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquafundalia apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundalia tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundalia é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquafundalia procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2015 de 22 pessoas.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundalia espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquafundalia no ano de 2015, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.



### **Volume de Negócios**

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.701 milhões de Euros (3.372 milhões de Euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 330 milhares de Euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados em cerca de 5,97%, de 3.181.668,33 Euros em 2014 para 3.371.735,76 Euros em 2015, tendo a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, diminuído a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 70,38% (de 1.112.885,96 Euros em 2014 para 329.621,60 Euros em 2015).

### **Gastos e Perdas**

O total dos gastos da Aquafundalia foi em 2015 de 3.601.625,73 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4.335.402,12 Euros, representa um decréscimo de 16,93%. Este valor excluiu o impacto do imposto do exercício.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1.474.891,48 Euros, representando cerca de 40,95% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.407.443,33 Euros, representando então cerca de 32,46% do total dos gastos do exercício. Em valor absoluto, a variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de um aumento de 4,79%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 893.630,61 Euros, representando cerca de 24,81% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.025.924,28 Euros, representando então cerca de 23,66% do total dos gastos do exercício.

Para o total dos gastos contribuiu ainda a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2015, contribuindo para 9,15% dos gastos totais, o equivalente a 329.621,60 Euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 395.290,04 Euros, representando cerca de 10,98% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 393.584,97 Euros, representando então cerca de 9,08% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de um aumento de 0,43%.

A Aquafundalia registou em 2015 perdas por imparidade de dívidas a receber no montante de 5.776,29 Euros, tendo registado em 2014 o valor de 19.186,47 Euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2015 137.325,89 Euros (3,81% do total dos gastos do período), tendo registado em 2014 cerca de 32.753,46 Euros (0,76% do total dos gastos do período). O aumento entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas deve-se essencialmente, ao registo de taxas por cerca de 10 mil Euros e pela alteração da classificação das comissões bancárias, que no ano 2014 eram contabilizadas como fornecimento e serviços externos (variação de aproximadamente 90.000 Euros).



O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 251.873,57 Euros, para o período em análise, face a 255.405,75 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 6,99% e 5,89%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquafundalia, registou no ano de 2015 cerca 113.216,25 Euros (equivalente a 3,14% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um acréscimo de 28,34%, quando a mesma rubrica registava 88.217,90 Euros (equivalente a 2,03% do total dos gastos do exercício).

### **Rendimentos e Ganhos**

O total dos rendimentos da Aquafundalia foi em 2015 de 3.704.525,44 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4.299.797,39 Euros, representa um decréscimo de 13,84%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2015 o montante de 3.371.735,76 Euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 5,97% face ao valor de 3.181.668,33 Euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2015 com 329.621,60 Euros, face ao valor de 1.112.885,96 Euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 3.166,04 Euros, reflete os valores de juros de mora cobrados e ajustes efetuados sobre valores de exercícios anteriores. A mesma rubrica, registava em 2014 o valor de 5.176,89 Euros.

### **Resultado Líquido do Exercício**

O resultado líquido do exercício, que ascende a 80.799,10 Euros, representa uma significativa melhoria face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou negativo de 53.499,71 Euros.

### **Evolução dos Capitais Próprios**

Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Aquafundalia encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável,

Embora muito dependentes da atual conjuntura económica nacional, todos resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

No atual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspetivas elaboradas para 2015 e anos seguintes, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

### **Rentabilidade**

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 467.987,49 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um acréscimo significativo de 51,97% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um acentuado incremento, situando-se no final de 2015 em 216.113,92 Euros.



*Handwritten notes in blue ink:*  
 Jo h  
 m  
 H

	Ano 2015	Ano 2014
Rentabilidade do ativo total	1,09%	(0,71%)
Rentabilidade dos capitais próprios	16,84%	(13,41%)
Rentabilidade das vendas	2,18%	(1,25%)
EBITDA	467.987,49 €	307.952,71 €
EBIT	216.113,92 €	52.546,96 €

### Estrutura Financeira

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 7.584.062,91 Euros em 2014 para 7.384.862,48 Euros em 2015.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 399.048,62 Euros em 2014 para 479.847,72 Euros em 2015, tendo desta forma incrementada a sua importância na estrutura de capitais, passando de 5,26% para 6,50%, em linha com a diminuição do valor do passivo, de 7.185.014,29 Euros em 2014 para 6.905.014,76 Euros em 2015.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2015, em termos percentuais, uma ligeira melhoria dos mesmos face ao ano de 2014:

	Ano 2015	Ano 2014
Capitais próprios	479.847,72 €	399.048,62 €
Passivo total	6.905.014,76 €	7.185.014,29 €
Passivo corrente	1.514.822,68 €	1.381.450,61 €
Ativo total	7.384.862,48 €	7.584.062,91 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	6,50%	5,26%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	6,95%	5,55%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	93,50%	94,74%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	21,94%	19,23%

### FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

### EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundalia inicia o seu mandato para o triénio 2014-2016 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquafundalia está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de gastos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquafundalia com muito otimismo e confiança.



## DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado do período, que ascendeu a 80.799,10 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: 4.039,96 Euros

Para Resultados Transitados: 76.759,14 Euros



bo h  
M

## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquafundalia aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Fundão, aos 31 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Isidoro Antonio Marbán Fernández

Vogal

Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

Jesús Ortega Roldán

Vogal



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and a stylized 'S'.



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

	NOTAS	2015	2014
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	12.396,49	14.483,33
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	6.280.642,91	6.528.563,07
Ativos por impostos diferidos	3.5 ; 7	90.809,80	60.815,51
subtotal		<b>6.383.849,20</b>	<b>6.603.861,91</b>
Ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 16	30.053,04	29.371,41
Clientes	3.8 ; 9	455.532,45	420.464,23
Adiantamentos a fornecedores	3.8 ; 12	0,00	26,51
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	0,00	31.278,52
Outras contas a receber	3.8 ; 9	114.725,89	110.872,21
Diferimentos	3.8 ; 10	7.292,67	8.482,01
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	393.409,23	379.706,11
subtotal		<b>1.001.013,28</b>	<b>980.201,00</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.384.862,48</b>	<b>7.584.062,91</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital realizado	3.7 ; 14	510.000,00	510.000,00
Reserva legal	3.7 ; 14	1.134,78	1.134,78
Outras reservas	3.7 ; 14	21.560,80	21.560,80
Resultados transitados	3.7 ; 14	(133.646,96)	(80.147,25)
Resultado líquido do período	3.7 ; 14	80.799,10	(53.499,71)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>479.847,72</b>	<b>399.048,62</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	2.518.942,08	2.848.563,68
Financiamentos obtidos	3.8 ; 13	1.156.250,00	1.240.000,00
Acionistas/sócios	3.8 ; 11	1.715.000,00	1.715.000,00
subtotal		<b>5.390.192,08</b>	<b>5.803.563,68</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	3.8 ; 11 ; 12	154.110,22	242.372,17
Adiantamentos de clientes	3.8 ; 9	10.984,84	11.418,20
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	28.641,60	53.478,57
Financiamentos obtidos	3.8 ; 13	343.750,00	0,00
Outras contas a pagar	3.8 ; 11 ; 12	977.336,02	1.074.181,67
subtotal		<b>1.514.822,68</b>	<b>1.381.450,61</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>6.905.014,76</b>	<b>7.185.014,29</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>7.384.862,48</b>	<b>7.584.062,91</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'so h' and 'm'.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	3.9 : 15	3.701.357,36	4.294.554,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.6 : 16	(1.474.891,48)	(1.407.443,33)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.223.252,21)	(2.138.810,24)
Gastos com o pessoal	18	(395.290,04)	(393.584,97)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(5.776,29)	(19.186,47)
Outros rendimentos e ganhos	19	3.166,04	5.176,89
Outros gastos e perdas	20	(137.325,89)	(32.753,46)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>467.987,49</b>	<b>307.952,71</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(251.873,57)	(255.405,75)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>216.113,92</b>	<b>52.546,96</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	2,04	66,21
Juros e gastos similares suportados	22	(113.216,25)	(88.217,90)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>102.899,71</b>	<b>(35.604,73)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	(22.100,61)	(17.894,98)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>80.799,10</b>	<b>(53.499,71)</b>

*O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015*



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'H', and 'A'.*

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

*Em euros*

RUBRICAS	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	3.780.239,34	4.352.465,41
Pagamentos a fornecedores	(3.030.486,63)	(3.396.852,86)
Pagamentos ao pessoal	(405.019,48)	(393.584,83)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	50.358,52	(50.106,60)
Outros recebimentos/pagamentos	(409.814,37)	173.654,61
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>(14.722,62)</b>	<b>685.575,73</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Cativos fixos tangíveis	(416,56)	
Ativos intangíveis	(116.743,49)	(1.542.182,52)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	2,04	66,21
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(117.158,01)</b>	<b>(1.542.116,31)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	260.000,00	1.240.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(114.416,25)	(87.017,90)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>145.583,75</b>	<b>1.152.982,10</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>13.703,12</b>	<b>296.441,52</b>
Efeito das diferenças de câmbio		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>379.706,11</b>	<b>83.264,59</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>393.409,23</b>	<b>379.706,11</b>

*O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015*



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'h' and 'A'.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do período		510.000,00	1.134,78	21.560,80	(80.147,25)	(53.499,71)	399.048,62
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	14				(53.499,71)	53.499,71	0,00
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		510.000,00	1.134,78	21.560,80	(133.646,96)		399.048,62
Resultado líquido do exercício						80.799,10	80.799,10
Posição no fim do exercício		510.000,00	1.134,78	21.560,80	(133.646,96)	80.799,10	479.847,72

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do período		510.000,00	1.134,78	21.560,80	(2.348,17)	(80.549,44)	449.797,97
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	14				(77.799,08)	80.549,44	2.750,36
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		510.000,00	1.134,78	21.560,80	(80.147,25)		452.548,33
Resultado líquido do período						(53.499,71)	(53.499,71)
Posição no fim do exercício		510.000,00	1.134,78	21.560,80	(80.147,25)	(53.499,71)	399.048,62

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



### **3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. (“Aquafundalia” ou “empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua Fernando Pessoa, Lote 195 no Fundão, constituída a 17 de fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2011, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundalia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).



## IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. O contrato de concessão define os investimentos que a empresa se obrigou a efetuar até ao final da concessão.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível. Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundalia reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

### 3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



### 3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

### 3.7 CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).



### 3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Acionistas;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras contas a pagar.

#### **Caixa e equivalentes a caixa**

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'N', 'M', and 'F'.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.9. RÉDITO**

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

### **3.10. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### **3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

#### **Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.



### Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

### Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 3.12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 3.13. GESTÃO DE RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

## 3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de contas a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 era:

	Ano 2015	Ano 2014
Caixa	2.248,06 €	3.523,82 €
Depósitos à ordem	391.161,17 €	376.182,29 €
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>393.409,23 €</b>	<b>379.706,11 €</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

#### 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2015
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	21.830,04 €	0,00 €	0,00 €	21.830,04 €
Equipamento de transporte	6.600,42 €	416,56 €	0,00 €	7.016,98 €
Equipamento administrativo	23.857,53 €	0,00 €	0,00 €	23.857,53 €
<b>Total</b>	<b>52.287,99 €</b>	<b>416,56 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>52.704,55 €</b>
<b>DEPRECIÇÕES ACUMULADAS</b>				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	15.625,57 €	9.298,40 €	0,00 €	24.923,97 €
Equipamento de transporte	6.037,80 €	(459,63) €	0,00 €	5.578,17 €
Equipamento administrativo	16.141,29 €	(6.335,37) €	0,00 €	9.805,92 €
<b>Total</b>	<b>37.804,66 €</b>	<b>2.503,40 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>40.308,06 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>14.483,33 €</b>	<b>(2.086,84) €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>12.396,49 €</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and other scribbles.

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	21.830,04 €	0,00 €	0,00 €	21.830,04 €
Equipamento de transporte	6.600,42 €	0,00 €	0,00 €	6.600,42 €
Equipamento administrativo	23.857,53 €	0,00 €	0,00 €	23.857,53 €
<b>Total</b>	<b>52.287,99 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>52.287,99 €</b>

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	11.719,18 €	3.906,39 €	0,00 €	15.625,57 €
Equipamento de transporte	4.387,70 €	1.650,10 €	0,00 €	6.037,80 €
Equipamento administrativo	14.212,22 €	1.929,07 €	0,00 €	16.141,29 €
<b>Total</b>	<b>30.319,10 €</b>	<b>7.485,56 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>37.804,66 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>21.968,89 €</b>	<b>(7.485,56) €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>14.483,33 €</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2015
Ativos intangíveis				
em Firme	7.132.039,00 €	0,00 €	0,00 €	7.132.039,00 €
<b>Total</b>	<b>7.132.039,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7.132.039,00 €</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos intangíveis				
em Firme	603.475,93 €	247.920,16 €	0,00 €	851.396,09 €
<b>Total</b>	<b>603.475,93 €</b>	<b>247.920,16 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>851.396,09 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>6.528.563,07 €</b>	<b>(247.920,16) €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6.280.642,91 €</b>

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Ativos intangíveis				
em Firme	7.132.039,00 €	0,00 €	0,00 €	7.132.039,00 €
<b>Total</b>	<b>7.132.039,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7.132.039,00 €</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos intangíveis				
em Firme	355.555,74 €	247.920,19 €	0,00 €	603.475,93 €
<b>Total</b>	<b>355.555,74 €</b>	<b>247.920,19 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>603.475,93 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>6.776.483,26 €</b>	<b>(247.920,19) €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6.528.563,07 €</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H', 'M', and 'A'.

## Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	2.848.563,68 €	3.961.449,00 €
Diminuições (Nota 15)	(329.621,60) €	(1.112.885,96) €
<b>Saldo final</b>	<b>2.518.942,08 €</b>	<b>2.848.563,68 €</b>

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	<b>60.815,51 €</b>	39.449,79 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	29.994,29 €	21.365,72 €
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>29.994,29 €</b>	<b>21.365,72 €</b>
Saldo final	<b>90.809,80 €</b>	60.815,51 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	0,00 €	4.150,73 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	27.127,79 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>31.278,52 €</b>



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

	Ano 2015	Ano 2014
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	14.823,60 €	30.919,61 €
Retenção de Impostos sobre o rendimento	2.227,00 €	2.068,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.107,96 €	0,00 €
Contribuições para a Segurança Social	9.483,04 €	20.490,96 €
<b>Total</b>	<b>28.641,60 €</b>	<b>53.478,57 €</b>

## 9. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
<b>Clientes</b>		
Clientes C/C	480.495,21 €	439.650,70 €
Perdas por imparidade acumuladas	(24.962,76) €	(19.186,47) €
<b>Total</b>	<b>455.532,45 €</b>	<b>420.464,23 €</b>

### Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	(19.186,47) €	(15.629,71) €
Reforço	(5.776,29) €	(19.186,47) €
Utilização	0,00 €	15.629,71 €
<b>Saldo final</b>	<b>(24.962,76) €</b>	<b>(19.186,47) €</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
<b>Outras contas a receber</b>		
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00 €	0,00 €
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	107.525,89 €	101.020,01 €
Devedores e credores diversos	7.200,00 €	9.852,20 €
<b>Total</b>	<b>114.725,89 €</b>	<b>110.872,21 €</b>

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

## 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

	Ano 2015	Ano 2014
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	7.292,67 €	8.482,01 €
<b>Total</b>	<b>7.292,67 €</b>	<b>8.482,01 €</b>

## 11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2015			Ano 2014		
	Fornecedores (Nota 12)	Acionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Acionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	0,00 €	0,00 €	628.671,53 €	166.805,13 €	0,00 €	490.263,52 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	1.715.000,00 €	8.314,88 €	0,00 €	1.715.000,00 €	4.404,67 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	4.633,98 €	0,00 €	0,00 €	1.052,10 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>4.633,98 €</b>	<b>1.715.000,00 €</b>	<b>636.986,41 €</b>	<b>167.857,23 €</b>	<b>1.715.000,00 €</b>	<b>494.668,19 €</b>

A conta a pagar ao Acionista refere-se a um contrato de suprimentos contraído por um ano, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, o qual vence a 31 de janeiro de cada ano. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. O mesmo vence juros indexados à Euribor a 3 meses acrescida de 3%.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2015		Ano 2014	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	579.426,10 €	0,00 €	384.259,93 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	51.268,52 €	0,00 €	59.376,59 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	6.475,98 €	0,00 €	6.545,04 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>585.902,08 €</b>	<b>51.268,52 €</b>	<b>390.804,97 €</b>	<b>59.376,59 €</b>

## 12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contas a pagar apresentavam a seguinte composição:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JN', 'M', and 'A'.

	Ano 2015	Ano 2014
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	4.633,98 €	167.857,23 €
Fornecedores C/C	149.476,24 €	74.514,94 €
<b>Total</b>	<b>154.110,22 €</b>	<b>242.372,17 €</b>

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo corrente		
Pessoal	5,86 €	0,20 €
Fornecedores de investimentos	628.671,53 €	415.793,42 €
Credores por acréscimos de gastos	65.713,44 €	377.176,87 €
Devedores e credores diversos	282.945,19 €	281.211,18 €
<b>Total</b>	<b>977.336,02 €</b>	<b>1.074.181,67 €</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 636.986,41 Euros e 494.688,19 Euros, respetivamente (Nota 11).

### 13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários (MLP)	1.156.250,00 €	1.240.000,00 €
<b>Total</b>	<b>1.156.250,00 €</b>	<b>1.240.000,00 €</b>

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	343.750,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>343.750,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

Nota: O valor constante da rubrica Financiamentos obtidos é referente a um empréstimo no montante de 1,5 milhões de Euros sobre o Banco BIC, tendo sido utilizados em 31 de Dezembro de 2014, 1.240.000 Euros. O empréstimo foi contraído em Janeiro de 2014, por um período de 6 anos, iniciando-se o reembolso em Fevereiro de 2016. O financiamento vence juros mensais indexados à Euribor a 3 meses acrescida de uma taxa de 4,8%.

### 14. CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 51.000 ações com o valor nominal de 10 Euro cada.

#### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 24 de novembro de 2015, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 53.499,71 Euros, foi transferido integralmente para a rubrica de resultados transitados.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de outubro de 2014, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de 80.549,44 Euros, foi transferido integralmente para a rubrica de resultados transitados.

## 15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Vendas e serviços prestados	3.371.735,76 €	3.181.668,33 €
Subcontratos (a)	329.621,60 €	1.112.885,96 €
<b>Total</b>	<b>3.701.357,36 €</b>	<b>4.294.554,29 €</b>

(a) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

## 16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Matérias-primas		
Inventários iniciais	29.371,41 €	24.761,11 €
Compras	1.475.573,11 €	1.412.053,63 €
Inventários finais	30.053,04 €	29.371,41 €
<b>Total</b>	<b>1.474.891,48 €</b>	<b>1.407.443,33 €</b>

## 17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Subcontratos (a)	337.824,85 €	1.112.885,96 €
Serviços especializados	573.745,56 €	745.248,06 €
Materiais	5.504,32 €	4.847,19 €
Energia e fluidos	94.414,40 €	99.747,44 €
Deslocações, estadas e transportes	19.680,37 €	10.830,23 €
Serviços diversos	192.082,71 €	165.251,36 €
<b>Total</b>	<b>1.223.252,21 €</b>	<b>2.138.810,24 €</b>

(a) Este montante inclui gastos relativos à construção, reparação e manutenção das infraestruturas relacionadas com a concessão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 585.902,08 Euros e 390.804,97 Euros, respetivamente (Nota 11).



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JN', 'AM', and 'A'.

## 18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Remunerações	299.701,53 €	298.018,46 €
Encargos sociais	69.739,84 €	66.509,97 €
Seguros de acidentes de trabalho	4.437,37 €	3.909,33 €
Gastos de ação social	70,80 €	9.727,91 €
Outros gastos com o pessoal	21.340,50 €	15.419,30 €
<b>Total</b>	<b>395.290,04 €</b>	<b>393.584,97 €</b>

*Nota. O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2015 de 22 pessoas.*

## 19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Rendimentos suplementares	0,00 €	440,00 €
Regularização de saldos	0,00 €	2.272,02 €
Juros de mora cobrados	0,00 €	2.390,66 €
Outros rendimentos e ganhos	3.166,04 €	74,21 €
<b>Total</b>	<b>3.166,04 €</b>	<b>5.176,89 €</b>

## 20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Impostos e taxas	24.519,96 €	14.312,93 €
Donativos	2.150,00 €	2.150,00 €
Multas e penalidades	0,00 €	3.515,08 €
Serviços bancários	102.682,98 €	10.461,79 €
Dívidas incobráveis	1.485,99 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	5.367,45 €	492,05 €
Outros gastos e perdas	1.119,51 €	1.821,61 €
<b>Total</b>	<b>137.325,89 €</b>	<b>32.753,46 €</b>

## 21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'João', 'M', and 'A'.

	Ano 2015	Ano 2014
Ativos fixos tangíveis	3.953,41 €	7.485,56 €
Ativos intangíveis (Nota 6)	247.920,16 €	247.920,19 €
<b>Total</b>	<b>251.873,57 €</b>	<b>255.405,75 €</b>

## 22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS E OBTIDOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados e obtidos" apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
<b>Juros obtidos</b>		
Juros e rendimentos similares obtidos	2,04 €	66,21 €
<b>Total</b>	<b>2,04 €</b>	<b>66,21 €</b>
<b>Juros suportados</b>		
Juros de financiamentos obtidos	113.216,25 €	88.217,90 €
<b>Total</b>	<b>113.216,25 €</b>	<b>88.217,90 €</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(113.214,21) €</b>	<b>(88.151,69) €</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 51.268,52 Euros e 59.376,59 Euros, respetivamente (Nota 11).

## 23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Fundão, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2014, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H', 'M', and 'A'.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Para o exercício de 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Resultado antes de imposto	102.899,71 €	(35.604,73) €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	181.253,45 €	181.253,46 €
Donativos	2.150,00 €	2.150,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	0,00 €	3.515,08 €
Créditos incobráveis	1.485,99 €	19.186,47 €
Outros custos a acrescentar	13.842,75 €	8.317,80 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(61.487,01) €	(58.440,45) €
Reversão imparidade	(24.797,98) €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	5.367,45 €	492,05 €
<b>Matéria colectável</b>	<b>220.714,36 €</b>	<b>120.869,68 €</b>
Colecta	45.750,02 €	26.900,02 €
Pagamento especial por conta	9.389,11 €	8.324,52 €
Retenções na fonte	2.337,67 €	16,57 €
Pagamento por conta	25.544,52 €	0,00 €
<b>IRC a pagar</b>	<b>8.478,72 €</b>	<b>18.558,93 €</b>
Derrama	3.310,72 €	1.813,05 €
Tributações autónomas	3.034,17 €	10.547,63 €
<b>Total a pagar/(recuperar)</b>	<b>14.823,60 €</b>	<b>30.919,61 €</b>
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(29.994,29) €	(21.365,72) €
<b>Imposto do exercício</b>	<b>22.100,61 €</b>	<b>17.894,98 €</b>

## 24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015, existe uma divergência entre a Empresa e o Município do Fundão relativamente ao preço de aquisição de água em alta e tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa à autarquia relativo ao período entre 2011 e 2015. Em 24 de fevereiro de 2012, a Empresa e o Município do Fundão celebraram um acordo no qual foram estabelecidos os preços de 50 centimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 centimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais, os quais se baseavam na proposta de acordo entre o Município do Fundão e a Águas de



Zêzere e Coa (AZC), empresa fornecedora de água, e que comportava um desconto no total da faturação. Nos termos do acordo supra referido, caso se verificasse um aumento do preço a cobrar ao Município do Fundão pela AZC, a Aquafundalia deveria ressarcir o Município pelo diferencial que viesse a existir entre o acordado e o montante efetivamente pago pelo Município.

A faturação da AZC ao Município do Fundão tem sido efetuada por um montante superior ao definido na proposta de acordo entre a AZC e a autarquia supra referida. Em resultado desta situação, decorre um litígio entre o Município do Fundão e a AZC. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter que ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços supra referidos e os preços efetivamente cobrados pela AZC. Uma vez que o eventual impacto desta situação está dependente do desfecho do processo existente entre o Município do Fundão e a AZC, não é neste momento possível estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade, se alguma, que possa decorrer desta situação para a Empresa, motivo pelo qual a Empresa tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos supra referidos.

Ainda assim, ao abrigo da alínea b), do n.º 3 da Cláusula 56ª do Contrato de concessão datado de 24 de fevereiro de 2011, a Empresa poderá requerer o reequilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo de compra da água e rejeição de águas residuais em alta, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que os eventuais impactos desfavoráveis, se alguns, que possam resultar das divergências antes descritas, se enquadram nesta disposição do Contrato de concessão.

Assim sendo, é entendimento do Conselho de Administração da Empresa, que, embora à presente data seja incerto o desfecho desta situação, não sendo possível uma eventual quantificação do seu impacto com fiabilidade, o mesmo daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro que o compensaria.

## 25. MÚTUOS E GARANTIAS

### Continuidade das operações

#### *Risco de liquidez*

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2015, a empresa detém um saldo de caixa e equivalentes no montante de 393.409,23 Euros, tendo uma dívida financeira de médio e longo prazo no montante de 1.156.250 Euros e dívida financeira de curto prazo de 343.750 Euros.

Contudo, em 31 de dezembro de 2015, a Empresa apresenta um passivo corrente superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 510.000 Euros.

Não obstante, os Administradores da Aquafundalia elaboraram o presente Relatório e apresentam as presentes Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em refinar ou reestruturar a sua dívida financeira, bem como para gerar recursos das suas operações e proceder ao desinvestimento em ativos não estratégicos que permitam adaptar a estrutura financeira à situação dos negócios e os fluxos de tesouraria de acordo com o Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados e cujos principais objetivos são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;

sh  
m



- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

## 26. LOCAÇÕES

### Locações operacionais

Foi celebrado contrato de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014, pelo período de 36 meses. Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 94.983,89 Euros.

Ano	Valor
2016	47.085,24 €
2017	40.383,12 €
2018	7.515,54 €
<b>TOTAL</b>	<b>94.983,89 €</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'h' and 'A'.



#### 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 7.384.862 Euros e um capital próprio de 479.848 Euros, incluindo um resultado líquido de 80.799 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



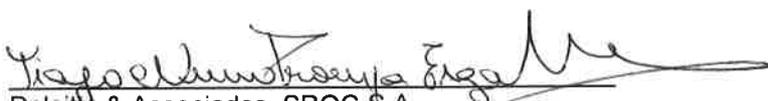
## Ênfases

5. Conforme referido na nota 24 do anexo às demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015, existe uma divergência entre a Empresa e o Município do Fundão ("Município") relativamente ao preço de aquisição de água em alta e tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa ao Município relativo ao período entre 2011 e 2015, uma vez que o Município tem vindo a considerar um preço superior ao definido no Acordo celebrado com a Empresa em 24 de fevereiro de 2012 (o qual estabelecia um preço de 50 cêntimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 cêntimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais), por estar também a ser faturado pela Águas de Zêzere e Coa (AZC), empresa fornecedora de água, por valores superiores aos que constariam de uma proposta de acordo entre o Município e esta entidade, situação que é objeto de um litígio entre o Município do Fundão e a AZC. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter que ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços supra referidos e os preços efetivamente cobrados pela AZC. O eventual impacto desta situação é incerto, e está dependente do desfecho do processo existente entre o Município e a AZC, pelo que não é neste momento possível à Empresa estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade adicional, se alguma, que possa resultar desta situação, motivo pelo qual tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos supra referidos.
6. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa. Contudo, em 31 de dezembro de 2015, o passivo corrente excede o ativo corrente em, aproximadamente, 510.000 Euros. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas e da manutenção pelo acionista do suporte financeiro adequado.

## Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de junho de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### **Ao Acionista da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

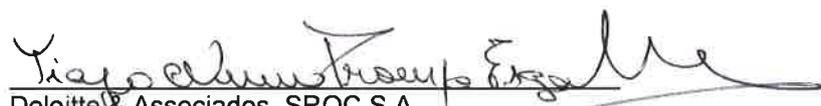
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui duas ênfases, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, tendo em consideração o referido nos parágrafos 5 e 6, da Certificação Legal das Contas, somos da opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de junho de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado